

Tudo depende do Congresso

O valor da produção brasileira poderá diminuir 1% em 1999, segundo projeção divulgada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa é, porém, uma estimativa otimista, como advertiu o diretor de pesquisa da instituição, economista Michael Mussa. A estimativa era conhecida há mais de um mês: constava do memorando de entendimento entre o Brasil e o Fundo sobre o apoio financeiro ao programa de ajuste do Brasil. O número foi depois incorporado na última edição do relatório sobre *Perspectivas Econômicas Mundiais*. O documento, distribuído no dia 21 de dezembro, contém uma ressalva na parte relativa à economia brasileira: "As projeções levam em conta que o programa de estabilização fiscal será completamente implementado e que a confiança do investidor e a capacidade do governo de rolar a dívida pública serão mantidas."

O funcionário do FMI absteve-se de pormenores, mas os problemas que o governo enfrenta para fazer o ajuste fiscal são bem conhecidos, tanto no Brasil quanto no exterior. Eles vêm sendo acompanhados de perto – com manifestações de preocupação –, nos principais centros financeiros internacionais. A rejeição, pelo Congresso, no dia 3, da proposta de aumento das contribui-

ções previdenciárias dos servidores foi o fato que teve a mais ampla repercussão negativa no exterior. Outras dificuldades, porém, também contribuem para a preocupação que se nota no exterior.

Apenas quando o Congresso se reunir agora em janeiro é que será discutida a emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) e aumenta sua alíquota – emenda já aprovada em comissão no Senado. O tributo foi renovado, na última vez, para ser cobrado até o último dia de 1998. Deixará de vigorar, portanto, no primeiro bimestre e só poderá voltar a ser cobrado em maio – 90 dias depois de sua aprovação, esperada, na melhor das hipóteses, para fevereiro. Segundo estimativas de técnicos do governo, a perda de arrecadação será da ordem de R\$ 5,9 bilhões. Alguns economistas julgavam, quando se anunciou o acordo com o FMI, que a aprovação da CPMF não encontraria a menor dificuldade nem sua tramitação no Congresso. Agora, até a efetivação desse item do ajuste está parcialmente comprometida.



Desde o primeiro instante, o ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões, programado para 1999, foi considerado um objetivo difícil de ser atingido, embora sua consecução fosse possível desde que houvesse empenho e determinação do governo, e compreensão de parte do Congresso. O aumento da CPMF e da Cofins – também proposto – foi criticado, justificadamente, como sendo uma solução economicamente danosa, por se tratar de tributos cumulativos.

A tributação adicional, como todos sabem, será um obstáculo ao crescimento econômico. Se o ajuste, no entanto, for realizado já nos primeiros meses do ano, a economia poderá reativar-se, provavelmente, por volta de junho/julho. Quanto mais cedo se avançar na execução do programa, tanto mais cedo o Banco Central poderá reduzir os juros básicos da economia. Mais prontamente, portanto, poderão reativar-se a produção, o investimento e o consumo.

Juros menores, porém, são apenas um dos elementos essenciais à retomada do crescimento. Se, desde os primeiros meses de 1999, hou-

ver um claro e perceptível esforço para conseguir implementar o ajuste fiscal, o fluxo de recursos cambiais poderá normalizar-se em pouco tempo. Ao mesmo tempo, aumentará a segurança externa do País, pela estabilização e, talvez, pelo crescimento das reservas. O exportador voltará a encontrar financiamento para seus negócios. A receita do comércio exterior voltará a subir, depois de haver diminuído nos

últimos meses de 1998, quando faltou financiamento.

**Se o ajuste fiscal
for realizado nos
primeiros meses
do ano, a
economia poderá
ser reativada**

Se o governo não conseguir convencer o mercado de que está fazendo o melhor, e a meta do ajuste ficar distante, mais arre-

dios ficarão o financiador e o investidor estrangeiros, mais difícil será a execução da política monetária e mais prolongada a recessão. Ninguém se iluda, imaginando haver escolha, no primeiro semestre, entre um ajuste fiscal severo e uma política frouxa e favorável ao crescimento. A lassidão fiscal será o prelúdio de uma crise muito mais longa.